



Câmara Municipal de Caminha

Ata 01/22 de 05/01/2022

ATA NÚMERO 01/22 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMINHA REALIZADA NO DIA 5 DE JANEIRO DE 2022.

*Aos cinco dias do mês de janeiro do ano dois mil e vinte e dois, no Edifício da Biblioteca Municipal, reuniu a Câmara Municipal sob a presidência de **LUÍS MIGUEL DA SILVA MENDONÇA ALVES** e com a presença dos Senhores Vereadores **RUI MIGUEL RIO TINTO LAGES, LILIANA DE SOUSA RIBEIRO, SANDRA ELISABETE DIAS FERNANDES, LILIANA SOFIA BOUÇA DA SILVA, IDALINA MARIA AREIAS RIBEIRO FERNANDES e BRUNO MARTIN AMORIM.***

*Não esteve presente o Senhor Vereador **NUNO BRÁS COSTA PEREIRA**, cuja falta foi justificada, tendo sido substituído por **BRUNO MARTIN AMORIM**, elemento seguinte da lista da coligação “O Concelho em Primeiro”.*

Iniciada a reunião, às 15:00 horas, pelo Senhor Presidente **Luís Miguel da Silva Mendonça Alves** foram tratados os assuntos a seguir indicados:

Foram entregues as informações escritas sobre os fundos disponíveis, contratos celebrados ao abrigo da delegação de competências, listagem de ordens de pagamento, controlo orçamental da receita e balancete analítico do plano geral.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Senhor Presidente** cumprimentou os presentes e apresentou o seguinte voto de pesar:

“Voto de Pesar

Dr. Francisco Sampaio



Câmara Municipal de Caminha

Ata 01/22 de 05/01/2022

Francisco José Torres Sampaio, nasceu em Barcelos, a 7 de junho de 1937. Exerceu funções docentes no ensino secundário, no Instituto Superior de Turismo e Empresas, foi membro da Comissão Instaladora da escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, onde foi professor e coordenador do curso superior de turismo, e ainda Presidente do Conselho Pedagógico.

Entre 1973 e 1979 presidiu à Junta de Turismo de Vila Praia de Âncora, no Concelho de Caminha, onde residia com a sua família desde o seu casamento. Francisco Sampaio participou no processo de constituição da Região de Turismo do Alto Minho, organismo a que presidiu entre 1980 e 2009 e onde deixou um enorme legado de defesa da região, tendo sido um embaixador das tradições, paisagens e gastronomia do Alto Minho e, em particular, do Concelho de Caminha. Francisco Sampaio foi um visionário na afirmação da necessidade de reforço das relações com a Galiza e de promoção do Caminho de Santiago, particularmente salientando a importância da sua passagem por Portugal e na premência de ser valorizado esse ativo histórico com impulso de uma nova atratividade. Sampaio foi também dos primeiros a perceber a importância da indústria do Turismo como fator de criação de riqueza e emprego e fomento da atividade económica de uma região.

Foi autor de dezenas de títulos sobre temas de carácter histórico, arqueológico, turístico, etnográfico e gastronómico, e foi também colaborador de várias publicações do Alto Minho. Durante 40 anos organizou o cortejo histórico etnográfico das Festas de Nossa Senhora d'Agonia, tendo sido ainda fundador da Confraria dos Gastrónomos do Minho. Com uma vida intensamente ligada à cultura, Francisco Sampaio teve um papel determinante na vivência associativa do concelho, em particular em Vila Praia de Âncora e, para além do seu envolvimento como associado, foi dirigente, coralista, maestro, compositor, encenador e promotor de diferentes iniciativas. Presidiu à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora e à Assembleia Municipal de caminha.

Há quatro anos, assinalando o seu 80º aniversário, a Câmara Municipal teve ocasião de homenagear Francisco Sampaio, na sua amada Vila Praia de Âncora, partilhando



Câmara Municipal de Caminha

Ata 01/22 de 05/01/2022

a sua vida e obra no Forte da Lagarteira, através de exposição “Francisco Sampaio – 80 anos” e pouco depois foi inaugurado o passeio Dr. Francisco Sampaio que integra a Ecovia do Litoral Norte num cenário que recorda o Homem que fez do turismo e da cultura uma causa.

O Município de Caminha decretou dois dias de luto municipal a 1 e 2 de janeiro e vem agora apresentar este voto de pesar pelo falecimento do Dr. Francisco Sampaio.

Nestes termos, deverá ser feito um minuto de silêncio, pelo falecimento de Francisco Sampaio.

Do presente voto de pesar deverá se dado conhecimento à família enlutada e ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha.

Caminha, 5 de janeiro de 2022.”

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** cumprimentou os presentes e disse que os Vereadores da Coligação “O Concelho em Primeiro” se associam ao voto de pesar apresentado pelo Senhor Presidente e também apresentam o seguinte voto de pesar:

“Voto de Pesar

Foi com enorme consternação e tristeza que soubemos do falecimento do Dr. Francisco Sampaio.

Este Senhor, que foi Presidente da Assembleia Municipal de Caminha pelo PSD, órgão mais alto deste município, sempre elevou a discussão política.

Um Senhor que honrou os seus compromissos, envaideceu o nosso concelho e projetou o Alto Minho para um patamar de excelência.

Foi Presidente da antiga Região de Turismo do Alto Minho e nesta sua missão, alavancou o nosso território além-fronteiras.

Francisco Sampaio foi agraciado em Viana do Castelo por parte do Turismo do Porto e Norte e da Câmara Municipal de Viana do Castelo sendo atribuído o seu nome ao Centro de Congressos do Castelo Santiago da Barra, sede do Turismo do Porto e Norte de Portugal.



Câmara Municipal de Caminha

Ata 01/22 de 05/01/2022

Em Caminha o seu nome foi atribuído ao troço da ecopista que liga Vila Praia de Âncora a Âncora, como forma de reconhecimento do seu trabalho em prol deste concelho.

O Dr. Sampaio, foi ainda fundador e coordenador do Curso Superior de Turismo da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Mostrou aqui um rasgo de vanguarda naquela que seria uma indústria de futuro e que tínhamos que saber aproveitar na nossa região.

Condecorado com a Medalha de Mérito Turístico – Grau Ouro e Prata, da Secretaria de Estado do Turismo e a Medalha da Academia Portuguesa de Gastronomia em 2007, entre outras distinções, inclusive internacionais.

Por todos estes factos, pela grande pessoa que foi, pelos préstimos e amor que tinha ao Concelho de Caminha, os Vereadores da Coligação O Concelho em primeiro, homenageiam publicamente o Dr. Francisco Sampaio e fazem um voto de pesar pela grande perda sentida por todo o Alto Minho.

Ontem, hoje e sempre, será um dos pilares da historia recente desta região e é assim que ficará conhecido nos escritos que ficarão para o futuro.

Um até sempre, e obrigado por tudo Dr. Francisco Sampaio.”

O **Senhor Presidente** disse que as duas moções não são conflituantes, mas como se complementam as duas, mantêm-se para votação.

Colocadas à votação, as duas moções apresentadas foram aprovadas com 7 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Rui Lages, Liliana Ribeiro, Sandra Fernandes, Liliana Silva, Idalina Fernandes e Bruno Amorim, 0 votos contra e 0 abstenções.

De seguida, realizado um minuto de silêncio pelo falecimento do Dr. Francisco Sampaio.

Na continuidade da reunião do Senhor Presidente deu a palavra aos Senhores Vereadores.



Câmara Municipal de Caminha

Ata 01/22 de 05/01/2022

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** cumprimentou os presentes e voltou a referir a questão das casas de banho do Parque 25 de Abril, as quais se encontram encerradas há mais de quatro anos e ainda não está resolvido, verificando-se que as crianças que utilizam o Parque não têm uma casa de banho pública que possam utilizar, tendo que ir a cafés próximos. Referiu que o equipamento existente no Parque tinha casas de banho e encontra-se tudo completamente fechado.

Disse que a ponte da Cruz Velha em Vila Praia de Âncora, da responsabilidade da Câmara Municipal, se encontra em muito mau estado de conservação, sendo que no dia de hoje caiu um pedaço da ponte em cima de uma viatura que se encontrava parada por baixo da mesma, não causou feridos, apenas danos materiais, no entanto poderia ter sido uma situação com consequências mais graves se tivesse acontecido com uma viatura em circulação. Solicitou que seja verificado o estado da ponte e que sejam realizadas obras de conservação com urgência.

O **Senhor Presidente** respondeu que desconhecia o acontecimento de hoje sobre a queda de um pedaço da ponte em cima de uma viatura, no entanto ainda no dia de hoje, pela manhã, este assunto foi falado, tendo já havido uma verificação técnica da Câmara Municipal, bem como as Infraestruturas de Portugal IP têm informação mais exaustiva que permite ter a base da intervenção a fazer naquele local. Concordou que a intervenção naquela ponte é urgente e espera que seja das primeiras empreitadas a lançar no início do ano, a qual terá sempre um investimento avultado, mas a situação é grave e precisa dessa intervenção. Referiu que foram identificados danos na estrutura avaliados em três níveis, sendo uma matéria que realmente preocupa e que irá ter resposta.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PROPOSTA N.º 1 – APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO 2022;



Câmara Municipal de Caminha

Ata 01/22 de 05/01/2022

Nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e a Proposta de Orçamento, assim como nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, do citado diploma, compete à Assembleia Municipal aprovar as Grandes Opções do Plano e a Proposta de Orçamento.

O orçamento apresenta, tanto na receita como na despesa, o montante de 25.338.731,28 € (vinte e cinco milhões, trezentos e trinta e oito mil, setecentos e trinta e um euros e vinte e oito cêntimos), atingindo a parcela das atividades mais relevantes do município, devidamente discriminados no mapa do plano de atividades municipais, o montante de 3.143.111,65 € (três milhões, cento e quarenta e três mil, cento e onze euros e sessenta e cinco cêntimos) e a parcela dos investimentos o valor de 8.128.883,17 € (oito milhões, cento e vinte e oito mil, oitocentos e oitenta e três euros e dezassete cêntimos), cujos projetos se encontram devidamente identificados no Plano Plurianual de Investimentos.

Assim, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2022, que uma cópia fica anexa à ata e dela faz parte integrante.

O **Senhor Presidente** agradeceu os serviços municipais que se envolveram na organização deste documento, em particular aos Técnicos da Divisão de Finanças e Administração Dr. João Fernando Ferreira e Dra. Carina Aldeia, que coordenaram todo este trabalho. Disse que teve oportunidade de apresentar as linhas gerais do orçamento à coligação O Concelho em Primeiro, bem como ao Bloco de Esquerda. À CDU foi por telefone, uma vez que a reunião agendada não foi possível realizar-se dado o isolamento profilático do Presidente da Câmara por ter estado infetado com COVID-19. Nas conversas que manteve com os diversos responsáveis políticos, foi avançando com as linhas gerais do documento e o que estava planeado, sem prejuízo da maior complexidade que é dirimida no debate político.



Câmara Municipal de Caminha

Ata 01/22 de 05/01/2022

Explicou que este orçamento segue muito a linha dos anos anteriores, havendo uma estratégia que vai sendo sufragada e que segue uma continuidade na assunção de despesa e também na nova receita, propondo uma despesa de 25.338.731,28€, que pode ser distinguida entre despesa corrente de 16.256.288,35€ e a despesa de capital um pouco superior a 9 milhões de euros. Do lado da receita, é esperada uma receita corrente na ordem dos 18 milhões de euros e uma receita de capital de 7.2 milhões de euros. Relativamente ao orçamento do ano anterior há o exercício de continuidade, com um crescimento de despesa na ordem dos 338 mil euros; as despesas correntes crescem ao nível das receitas correntes e as despesas de capital diminuem também ao nível das receitas de capital. Numa análise mais fina, há uma linha de manutenção da receita corrente com base nos impostos, da análise feita ao IMT e taxas de atividades económicas. Relativamente às receitas de capital, diminuem cerca de 900 mil euros o que se percebe bem, dado as alterações dos quadros comunitários. Um sinal positivo a questão da habitação, em que se irá dar início à implementação da estratégia local de habitação, prevendo-se cerca de um milhão de euros para esta primeira fase, para excutir-la de acordo com a estratégia e planificação que será feita. As despesas correntes crescem cerca de um 1.300.000,00€ na rubrica de aquisição de bens e serviços que cresce um 1.5 milhões de euros. Esta subida sustenta-se em várias opções que a Câmara foi fazendo e continua a fazer, destacando-se a subida de 20% nas transferências correntes para as freguesias, a subida de 25% nos apoios às Associações desportivas, uma subida de 70% na previsão de apoio às famílias, bem como a opção, face ao chumbo dos empréstimos por parte do Tribunal de Contas, de ir pagando algumas das dívidas que estavam previstas no plano de saneamento financeiro, o que é possível encontrar facilmente neste orçamento, por exemplo, na limpeza urbana onde no ano anterior havia a perspetiva de pagar 900 mil euros, este ano está previsto pagar 1.2 milhões de euros; na iluminação pública há também uma passagem de 370 mil euros para 500 mil euros; na cultura no ano anterior havia uma previsão de 800 mil euros e para este ano tem uma previsão de 1.2 milhões de euros, visando pagar alguma da despesa do passado. Nas despesas de capital



Câmara Municipal de Caminha

Ata 01/22 de 05/01/2022

destaca-se a habitação com 1.055.000,00€, bem como um conjunto de obras que vão ter continuidade e obras novas que vão também arrancar. As empreitadas da Escola de Caminha e de Vila Praia de Âncora e sede da Academia de Musica Fernandes Fão têm ainda uma previsão grande; o Mercado Municipal de Caminha; e a empreitada da Ecovia da Frente Ribeirinha de Caminha. Há previsão de financiamento para várias obras de saneamento nas Freguesias de Seixas, Venade e Azevedo, Caminha e Vilarelho, Vile e Vila Praia de Âncora. Há obras novas como a margem do Rio Coura, que terá uma ligação entre Caminha e Vilar de Mouros; a obra do Forte da Lagarteira, que se divide entre duas candidaturas; também todas as obras e projetos de valorização da Serra d' Arga.

Concluiu que é um orçamento que segue a linha de anos anteriores, marcado por um grande equilíbrio na receita e tento em conta as perdas e os ganhos com a retoma da atividade económica. Equilíbrio também na despesa, sendo que há claramente a opção de aumentar a transferência para as freguesias; apoiar mais as associações desportivas; ter absolutamente consolidada a bolsa de apoio às famílias; pagamento de dívida de anos anteriores e pela execução de nova obra na área da habitação num momento difícil das vidas coletivas este é o terceiro maior orçamento dos últimos doze anos, que combate os efeitos sanitários, económicos e sociais da pandemia, investe na retoma, na dinâmica empresarial e em obra pelo concelho, concluindo obras e avançando com outras. Por isso, este orçamento dá resposta com responsabilidade no tempo em que vivemos. Reforçou o agradecimento pelo cuidado que os serviços tiveram, uma vez que este não é a soma do orçamento que todos os serviços gostavam de ter, no entanto, a despesa tem que ser configurada de acordo com a receita.

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** disse que os mapas do Plano Plurianual de Investimentos são apresentados em letra muito reduzida que não permite a sua fácil leitura, o que dificulta a sua análise e o trabalho dos Senhores Vereadores. Referiu que o orçamento e as contas do ano anterior não estão publicadas no site do município, que torna difícil fazer algumas comparações, no entanto, é importante



Câmara Municipal de Caminha

Ata 01/22 de 05/01/2022

também, por uma questão de transparência, para todos os munícipes, o acesso a estes documentos. Referiu ainda que não estão publicados no site do município nenhuns documentos anteriores a 2013, sendo o único município que não disponibiliza esta informação, o que não torna possível comparar os três últimos mandatos.

Disse que este orçamento, ao ser um dos maiores dos últimos anos, deveria refletir-se num grande crescimento do Concelho de Caminha em termos de desenvolvimento a vários níveis, nomeadamente, empresarial e industrial, o que não se reflete. Recordou que antes de 2013 os orçamentos eram “slimfit”, que pela crise económica no tempo da troika, houve orçamentos de sete milhões de euros. Atualmente este orçamento de vinte e cinco milhões de euros deveria refletir o crescimento do concelho, com robustez, mas isso não se verifica, não se vislumbrando o desenvolvimento e o progresso em termos de indústrias e empresas, verificando-se exatamente o contrário, a indústria e criação de empresas acabam por ir para outros concelhos.

Da análise ao documento, disse que o documento tem algumas falhas e não cumpre as regras contabilísticas rígidas que refere, nem com o rigor que lhe é exigido. Questionou que recursos estão ao dispor da população e empresas que justificam a opção de manter todos os impostos no máximo, uma vez que o que se verifica é que as famílias e empresas continuam a pagar os impostos no máximo. solicitou esclarecimento, sobre onde se encontra no orçamento, o valor da despesa com o consumo de água do município à ADAM, uma vez que se verifica que essa despesa não está contabilizada na despesa corrente. Falta um quadro do equilíbrio orçamental, que é exigido pela DGAL, o que demonstra que não existe rigor. O assunto do processo judicial do ferryboat entre o Município de Caminha e o Município de A Guarda é abordado em três linhas, sendo um assunto demasiado importante que deveria ter uma justificação da razão pela qual uma dívida de 1.4 milhões de euros passa para 300 mil euros que o Município de A Guarda terá que pagar ao Município de Caminha, devendo-se conhecer o desfecho deste processo e perceber porque razão se perdeu mais de um milhão de euros nesta dívida.



Câmara Municipal de Caminha

Ata 01/22 de 05/01/2022

Também é referida a questão dos fundos em overbooking, do Portugal 2020, destacando que o Município de Caminha não levou nenhum projeto à última reunião que houve de candidatura aos fundos, quando todas as outras Câmaras o fizeram. Sobre o aumento na aquisição de bens e serviços surgem muitas dúvidas sobre de que aumento se trata, no entanto é compreensível que aumente o valor da limpeza urbana, no entanto o Senhor Presidente em 2015 referiu que a passagem para a nova empresa iria permitir uma redução de 605 mil euros, com uma limpeza melhor por menos dinheiro, e afinal não houve mais uma limpeza nem igual nem melhor e o município vai ter que pagar muito mais. A questão de ter sido gorada a possibilidade de contração de empréstimo para pagamento da dívida a fornecedores, mas também não é explicada a questão de o Tribunal de Contas não ter avançado com o plano de saneamento financeiro. Na questão da habitação social não é explicado de onde surgiu o valor para 2022, questionando qual o plano e quais as habitações a intervencionar, bem como a estratégia em concreto para fazer este trabalho. São informações que são importantes constarem no orçamento e saber onde o dinheiro dos munícipes vai ser gasto. Disse que o local previsto para o armazém de aprestos não lhe parece ser o melhor, junto ao cais da rua, pela questão da estrada nacional, devendo-se equacionar outro local mais seguro. Questionou se os investimentos referidos em saneamento não são investimentos da ADAM. Referiu que o quadro de pessoal que irá ser votado de seguida é bastante robusto, mas não tem uma única palavra sobre a quantidade de trabalhadores precários que existem no Município de Caminha. Este orçamento se for aprovado, hoje, quando chegar à Assembleia Municipal já vai estar completamente desatualizado, uma vez que numa reunião próxima vai haver a venda de terrenos à ETAP, e na rubrica de venda de terrenos só estão previstos mil euros, portanto, este orçamento já está desfasado. Este não seria um orçamento da coligação “O Concelho em Primeiro”, porque as prioridades seriam outras, sendo o que distingue a ação política, sendo que aquilo que importa às pessoas do Concelho de Caminha não está refletido neste orçamento.

Relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos, referiu que surgem uma série de eventos novos que não aparece uma explicação no preâmbulo, nomeadamente,



Câmara Municipal de Caminha

Ata 01/22 de 05/01/2022

Tempos Cruzados, Foundation Fest, Sels Ful Voices em que se vai gastar 52.500€, quando depois para o aniversário de Vila Praia de Âncora apenas consta 3.000€, havendo valores desajustados. Perguntou que evento é o Mercado Fixe, e porque razão aparece em duas rubricas, a par de 11 mil euros para residências artísticas e o viveiro de plantas dunares que apenas tem um euro na rubrica. Por todos estes motivos e mais alguns disse que os Vereadores da coligação “O Concelho em Primeiro” irão votar contra este orçamento.

O **Senhor Presidente** disse que neste debate de orçamento é necessário algum rigor nas grandes questões que se colocam no debate político, por exemplo aquilo que a Senhora Vereadora Liliana Silva disse que este orçamento é grande, comparando com o período da troika em que havia orçamentos baixos e que o Concelho estava a viver um grande apogeu económico, no entanto o maior orçamento dos últimos anos é de 2011 no valor de 26,5 milhões de euros, que é o ano de maior crise e desemprego no Concelho de Caminha, de abandono das freguesias e de pouca obra. Foi, de facto, o último grande orçamento dos últimos 12 anos. De 2010 a 2013 não houve nenhum orçamento abaixo dos 21 milhões de euros, ou seja, não é verdade que os orçamentos tenham sido robustos, hoje há um orçamento que beneficia também de ter as transferências de competências, que só na educação tem um valor de 1,6 milhões de euros, o que transforma por si os valores dos orçamentos. Relativamente à previsão de pagamento da água, ao contrário do que diz a Senhora Vereadora Liliana Silva, encontra-se na aquisição de bens e serviços a rubrica água com uma previsão de 179 mil euros. Desta feita, a diferença com o passado é que em vez de pagar quase um milhão de euros de água agora só se vai pagar 179 mil euros. Explicou que a decisão sobre o processo judicial com o Município de A Guarda é muito recente, em que houve um acordo judicial entre as partes, chegando a um entendimento daquilo que foi considerado provado ou não provado, o que justificava esse valor de cerca de um milhão de euros, era sobretudo um conjunto de dragagens que tinham sido feitas e pagas à Câmara de Caminha e o que se veio a justificar e apresentar prova foi de que a



Câmara Municipal de Caminha

Ata 01/22 de 05/01/2022

alegação de Caminha não era verdadeira porque tinha havido dragagens no rio Minho a custas do empreiteiro que vendia a areia e dela fazia receita, ou seja, comprovou-se que a Câmara de Caminha estava a pedir mais dinheiro do que aquilo que lhe era devido e isso fez com que o acordo e que foi assumido como dívida esteja na ordem dos 360 mil euros, que consta neste orçamento na rubrica da União Europeia.

Relativamente à Luságua, explicou que não há nenhum acréscimo de valor da despesa, estando o Município a pagar o mesmo por exercício o que está estabelecido no contrato, no entanto, há uma dívida atrasada que tem que ser paga, sendo essa a diferença nessa rubrica, a qual inclui o pagamento de dívida mais o pagamento do valor previsto para o exercício 2022.

Relativamente à Estratégia Local de Habitação, o valor previsto de cerca de um milhão de euros está também previsto naquilo que é a Estratégia Local de Habitação, que tem uma divisão por ano da execução da estratégia. Está neste momento a ser desenhado o plano de intervenção, onde se irá lançar a empreitada e que habitações se vai intervir.

Referiu que o armazém de aprestos terá o valor de 130 mil euros e que estão previstos neste orçamento pelo término da Polis Litoral Norte, até este momento esteve em fase de recolha de pareceres, sendo que no diálogo que tem sido feito entre a Associação de Pescadores e Junta de Freguesia de Caminha e Vilarelho, concluiu-se ser aquele o melhor local para a sua construção.

Esclareceu que a rede de saneamento na parte que diz respeito às obras novas, trata-se de uma candidatura de um aviso que foi aberto só para a ADAM, no entanto, o financiamento não é total, tendo uma percentagem que tem que ser assumida pelo Município.

Referiu que é normal que o orçamento sofra desatualizações, sendo normal que aconteçam modificações orçamentais pela dinâmica própria do Município. Este orçamento é um documento que é preparado a partir de outubro e que vão surgindo sempre questões novas, com permanentes modificações. Disse que há um conjunto de rubricas em que apenas tem rubrica aberta, porque apenas é uma intenção do



Câmara Municipal de Caminha

Ata 01/22 de 05/01/2022

Município de Caminha, no entanto não há projeto e financiamento garantido, pelo que é aberta a rubrica que permite acomodar despesa no caso de se encontrar financiamento. Recordou que o Município duplicou os apoios aos estudantes do ensino superior no último ano. Relativamente ao Mercado Fixe disse ter várias componentes, que visa divulgar aquilo que será o Mercado Municipal e os seus produtos. Disse que este foi o melhor orçamento possível, e que também gostava de ter outro orçamento com maior receita para poder apoiar mais as instituições e as famílias. Referiu que alguns dos projetos da cultura que a Senhora Vereadora referiu já estão em curso, o evento Tempos Cruzados já estava previsto para o ano anterior e não foi realizado por causa da pandemia, sendo um evento financiado. O Foundation Fest é um evento que já aconteceu por duas vezes, sendo de uma promoção privada do concelho.

Disse que genericamente este é o orçamento que se apresenta, havendo naturalmente várias questões que podem ser levantadas a propósito de várias matérias, no entanto há uma parte de opções que divide politicamente.

A presente proposta foi aprovada com 4 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Rui Lages, Liliana Ribeiro e Sandra Fernandes, 3 votos contra dos Senhores Vereadores Liliana Silva, Idalina Fernandes e Bruno Amorim, e 0 abstenções.

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** leu a seguinte declaração de voto:

“DECLARAÇÃO DE VOTO

ORÇAMENTO E GOP 2022

O primeiro reparo político vai para a difícil leitura do documento.

As letras são pequenas, no monitor é preciso virar o computador de lado porque as folhas estão na vertical e na horizontal, e no papel só com lupa.

Passemos ao segundo reparo: as contas de 2020 ainda não estão publicadas no Site do Município, tal como as GOP e ORÇAMENTO 2021, o que é lamentável e



Câmara Municipal de Caminha

Ata 01/22 de 05/01/2022

dificulta a apreciação por parte dos munícipes em geral e dos membros dos vários órgãos autárquicos do Concelho de Caminha.

O terceiro reparo é ainda mais triste e demonstra a vossa sagaz vontade de falsear o passado e fazer rasgados elogios à vossa gestão, que sem grandes rasgos de alegrias, se tem revelado catastrófica não aproveitando o bom momento do país e do mundo. Lembramos que desde a saída da troika e do período conturbado de 2011 a 2015, Portugal viveu um período de alargamento dos cordões à bolsa que este executivo não soube aproveitar.

Todos os concelhos cresceram em termos de desenvolvimento geral e criação de postos de trabalho com indústria, à exceção de Caminha que se ficou pela mera proliferação de hipermercados. Facto esse que tem causado constrangimentos muito sérios e graves a muitas empresas históricas do nosso concelho, tendo já levado ao encerramento de algumas dezenas.

*Aproveitamos para deixar mais esta nota. Aos senhores vereadores que agora têm funções executivas, convidamo-los a fazerem agora uma visita aos sites de todas as câmaras e verão que a única que **ESCONDEU AS CONTAS DA GESTÃO DO PSD** foi exatamente e tão só a Câmara de Caminha.*

Com esta forma de fazer política pouco transparente, com este falseamento do que foi a realidade do passado, não nos parece que o concelho esteja no bom caminho.

E não estamos no bom caminho. Estamos a pagar as favas da má gestão dos últimos anos. Essa má gestão está refletida nos estrangulamentos financeiros que desde 2015 foram sentidos pelos fornecedores, com os piores prazos médios de pagamento de que há memória.

Este documento tem um prologo inicial muito característico, fala na necessidade de continuar com as taxas máximas e depois diz que ajuda as famílias e as empresas.

Nunca vimos tão grande contrassenso.

Seremos nós, população de Caminha, cobiadas de uma forma política vaidosa, presidencialista/egocêntrica, e que se esquece da realidade?

Parece-nos que sim.



Câmara Municipal de Caminha

Ata 01/22 de 05/01/2022

Ao analisar as justificações para obras e receitas, que neste documento são tão parcas, vemos que as que empolam o orçamento são as obras das escolas, essas da responsabilidade do Governo e que no orçamento municipal vem iludir, porque o financiamento quase total é garantido.

Depois fala no apoio ao desporto e às Juntas de Freguesia, claro, é sempre musica celestial, depois a realidade é bem diferente, com a asfixia que se ouve.

Falam também da aposta do governo na recuperação/construção de habitação social e vemos que há uma verba de 3,6 milhões para 47 fogos, ou seja, quase 100 mil por fogo. Preveem para 2022 utilizar mais de 1 milhão desta verba. Mas, como chegaram a estes números? Em que fogos? Não há uma única explicação.

Nunca acreditamos nos orçamentos deste executivo porque nos anos em que as contas anuais deram positivas, lê-se nas justificações que foi porque não pagaram despesas desses anos! Ora, que habilidade essa.

Deram resultados positivos e não atualizaram os ordenados dos trabalhadores municipais. Foi também à custa deles que andaram a fazer malabarismos financeiros nos relatórios de contas.

Neste orçamento dizem que vão receber uma verba de uma dívida da Camara de La Guarda, de cerca de 300 mil euros, porque o Tribunal Administrativo terá dado razão ao Município, até esquecem que a dívida era de mais de 1,4 milhões.

Onde estão as explicações para este caso?

Como aceitaram somente este valor?!

Onde está o fundamento jurídico que deveria ser tornado público e explicado neste orçamento uma vez que faz parte da receita para 2022.

O documento que agora nos apresentam é por isso mais do mesmo, esquece as famílias e apoio à natalidade, não querem reduzir o IMI no geral, não prescindem do IRS das famílias, castigam na fatura da água, e ainda dizem que é um bom orçamento.

E por último, falam num alívio na receita e na despesa com a entrega da cobrança da água, mas não orçamentam na despesa o consumo do município.

Será que é de borla todo o gasto em regas, todo o gasto nos edifícios municipais?



Câmara Municipal de Caminha

Ata 01/22 de 05/01/2022

Não existem explicações no documento para tal esquecimento de orçamentação dessa despesa.

A única verba existente é para mercadoria para venda, não para consumo próprio, provavelmente por via de algumas faturas que ainda faltam pagar por terem ficado de fora do acordo feito com Banco Europeu de Investimentos.

Aliás, não há uma palavra sobre o pagamento devido ao Banco Europeu de Investimentos, da dívida de água que acumularam entre 2015 e 2019.

Uma única palavra nem uma referência neste orçamento.

Estas falhas tornam este orçamento errado.

Voltamos a evidenciar também a falha que houve no plano de saneamento que este executivo apresentou ao TC.

O Tribunal de Contas apresentou uma série de questões que o Município não quis responder, tendo o TC também referido que o Município ultrapassou o limite do endividamento sem sequer querer dar explicações para isso.

E a forma de tentar mitigar o problema político de não querer prestar contas ao Tribunal de Contas, foi desistir do Plano de saneamento financeiro.

Por aqui se mostra toda a falta de transparência que reside nesta gestão de há 9 anos.

E agora fazemos uma análise mais técnica ao documento e aos problemas e falhas que se mantêm ano após ano, revelando a V. falta de capacidade para gerir a área financeira, a qual, para que fique registado, está sem chefe de divisão há praticamente 2 anos.

Damos só dois exemplos, para não sermos exaustivos e porque esta função deveria ser do responsável financeiro, ou seja, do Sr. Presidente, e não nossa.

Mas como o mesmo não deteta estas questões, damos aqui só dois exemplos, dos muitos que poderíamos apontar:

Este documento não apresenta análise do "Cumprimento equilíbrio orçamental", segundo obriga o n.º 2, art.40 da lei 73/2013 (receita corrente > ou = despesa corrente + amortizações media empréstimos MLP).

Ou seja, não está dentro da legalidade.



Câmara Municipal de Caminha

Ata 01/22 de 05/01/2022

O orçamento das receitas, na rubrica 02-imp. indiretos tem que passar para rubrica 04-taxas, multas, out. Penalidades, conforme orientações patentes na nota informativa DGAL de 12/2019.

Aliás, já obriga a essa reclassificação desde 01/01/2020 e não o fizeram.

Mais um apontamento de falta de rigor deste orçamento e falta de conhecimento das orientações a serem seguidas para a elaboração do orçamento.

Para além destas questões existem várias rubricas com valores consideráveis nas despesas, para as quais não há correspondência nem justificações:

06.02.03.05 - outras...295.680,00 - não foram encontrados projetos neste documento.

02.02.20.99 - outras...582.072,22 - Falta rigor nesta informação.

Nas receitas apresentam valores de rendas sem explicar a que se referem, nomeadamente:

05.10. 05...647.846,85

05.10. 99...405.804,35

Estes valores, têm que ser explicados e bem claros em prol da transparência da gestão municipal, mas o que verificamos em todo o documento é que faltam explicações, cumprimento das disposições legais e contas feitas sem rigor.

Aliás, vê-se na parte da habitação social.

Onde está o mapa que justifica aqueles valores?

Como chegaram aquelas conclusões?

O que é para ser feito em cada habitação, quais as que vão ser remodeladas, onde estão os orçamentos para essas obras?

É uma mão cheia de valores avulso, que não tem qualquer explicação neste documento.

Falamos de dinheiros públicos e, portanto, consideramos que estas explicações tinham que estar patentes neste documento.

Por estes motivos todos, votaremos contra este orçamento.”

PROPOSTA N.º 2 – APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL O



Câmara Municipal de Caminha

Ata 01/22 de 05/01/2022

MAPA DE PESSOAL PARA O ANO 2022;

Nos termos da alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33º, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, articulado com a alínea o), n.º 1, do art.º 25º, compete à Câmara Municipal apreciar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal matérias da sua competência.

Assim, o mapa de pessoal é tido como um importantíssimo instrumento de gestão e planeamento dos recursos humanos, com vista a assegurar as necessidades resultantes do desenvolvimento do Município.

O Mapa de Pessoal da Câmara Municipal como instrumento de gestão e planeamento é elaborado nos termos do art.º 29 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) e prevê os pontos de trabalho necessários para o desenvolvimento das atividades das respetivas unidades e subunidades orgânicas.

Nos termos do n.º 4 do referido art.º 29º da LTFP, o Mapa de Pessoal é aprovado pela entidade competente para aprovação da proposta do orçamento.

Assim, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal a presente proposta de Mapa de Pessoal para 2022 que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata.

O **Senhor Vereador Rui Lages** explicou que este mapa de pessoal está consolidado, e que vem em linha dos mapas de pessoal das anteriores gestões. Neste mapa de pessoal encontram-se duas chefias por complementar, sendo intenção do executivo abrir procedimento concursal ainda este ano para a Divisão de Finanças e Administração, bem como para a Divisão de Urbanismo, Planeamento, obras e Edifícios. Foi opção política também a manutenção dos lugares cativos dos técnicos do município que se encontram em comissão de serviço com outras entidades públicas. A grande diferença do mapa de pessoal do ano anterior diz respeito aos assistentes operacionais, uma vez que a proposta de criação de 40 lugares não ocupados que permitirá incorporar novos assistentes operacionais. Referiu que dos 200 lugares ocupados nos assistentes operacionais, pode já haver



Câmara Municipal de Caminha

Ata 01/22 de 05/01/2022

alguma alteração, uma vez que desde o dia 1 de janeiro, alguns dos funcionários passaram à situação de aposentação.

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** perguntou se o mestre de tráfego local não existe, uma vez que o lugar aparece neste mapa de pessoal como não ocupado.

O **Senhor Vereador Rui Lages** respondeu que o lugar não ocupado no mapa de pessoal tem que ser mantido, porque o município tem uma embarcação, no entanto esse trabalho é efetuado por um prestador de serviços.

A presente proposta foi aprovada com 4 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Rui Lages, Liliana Ribeiro e Sandra Fernandes, 0 votos contra e 3 abstenções dos Senhores Vereadores Liliana Silva, Idalina Fernandes e Bruno Amorim.

PROPOSTA N.º 3 – APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO PARA O EXERCÍCIO ECONÓMICO DO ANO 2022;

No seguimento da deliberação da Câmara Municipal de 17/11/2021, que aprova a abertura do procedimento de consulta às instituições bancárias para a contratação de empréstimo de curto prazo e as condições do mesmo, foram enviados os convites às instituições com balcão no Concelho de Caminha no dia 18/11/2021.

Considerando a ata do ato público de abertura das propostas elaborado pela Comissão de Abertura e Análise de Propostas, que uma cópia fica anexa a ata e dela faz parte integrante, e que presta informação sobre as condições praticadas em pelo menos três instituições bancárias, nos termos no n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Propõe-se que a adjudicação da contratação do presente empréstimo recaia sobre a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste e que seja submetida a presente



Câmara Municipal de Caminha

Ata 01/22 de 05/01/2022

proposta para autorização à Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea f) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** referiu que dos cinco ofícios enviados às instituições bancárias do Concelho, apenas responderam três, uma para dizer que não apresentava proposta, outra para dizer que só empresta até quatrocentos mil euros e finalmente a Caixa Agrícola mais uma vez a apresentar proposta.

A presente proposta foi aprovada com 4 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Rui Lages, Liliana Ribeiro e Sandra Fernandes, 0 votos contra e 3 abstenções dos Senhores Vereadores Liliana Silva, Idalina Fernandes e Bruno Amorim.

PROPOSTA N.º 4 – INÍCIO DE PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO;

Compete à Câmara Municipal deliberar sobre os instrumentos necessários à organização e funcionamento dos seus serviços;

O Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015 de janeiro, determina o procedimento do regulamento administrativo, bem como o dever de se publicitar o início do procedimento com vista a possibilitar a constituição como interessados e a apresentação de contributos pelos cidadãos no âmbito da elaboração de projetos de regulamentos ou de projetos de alteração de regulamentos.

Determina o artigo 98º, nº1 do CPA, que o início do procedimento seja publicitado na internet, no sítio institucional da entidade pública, com indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.



Câmara Municipal de Caminha

Ata 01/22 de 05/01/2022

Assim, nos termos da informação dos serviços, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere aprovar o início do procedimento e participação procedimental para alteração do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata.

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Rui Lages, Liliana Ribeiro, Sandra Fernandes, Liliana Silva, Idalina Fernandes e Bruno Amorim, 0 votos contra e 0 abstenções.

PROPOSTA N.º 5 – PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMINHA E O SPORTING CLUB CAMINHENSE PARA ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO QUALIFICADO DAS ATIVIDADES DE GRUPO A DESENVOLVER NAS PISCINAS MUNICIPAIS DE VILA PRAIA DE ÂNCORA;

Nos termos da informação dos serviços, **propõe-se** que a Câmara delibere aprovar a minuta do Protocolo entre a Câmara Municipal de Caminha e o Sporting Club Caminhense para assegurar o funcionamento e acompanhamento técnico qualificado das atividades de grupo a desenvolver nas Piscinas Municipais de Vila Praia de Âncora, o qual fica a fazer parte integrante dos originais desta ata.

A presente proposta foi aprovada com 4 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Rui Lages, Liliana Ribeiro e Sandra Fernandes, 0 votos contra e 3 abstenções dos Senhores Vereadores Liliana Silva, Idalina Fernandes e Bruno Amorim.

PROPOSTA N.º 6 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CONCELHO DE CAMINHA PARA APOIO PARA AQUISIÇÃO DE UM FORNO;



Câmara Municipal de Caminha

Ata 01/22 de 05/01/2022

Em conformidade com o disposto na alínea u), n.º 1, do art.º 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças”.

Assim, conforme solicitado, **propõe-se** que seja atribuído um subsídio ao Agrupamento de Escolas do Concelho e Caminha no valor de 7.706,25€ (sete mil, setecentos e seis euros e vinte e cinco cêntimos) para apoio na aquisição de um forno.

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Rui Lages, Liliana Ribeiro, Sandra Fernandes, Liliana Silva, Idalina Fernandes e Bruno Amorim, 0 votos contra e 0 abstenções.

PROPOSTA N.º 7 – APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA;

Para produção de efeitos imediatos de todas as propostas constantes nesta minuta de ata, **propõe-se** a sua aprovação.

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Rui Lages, Liliana Ribeiro, Sandra Fernandes, Liliana Silva, Idalina Fernandes e Bruno Amorim, 0 votos contra e 0 abstenções.

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram 16 horas e 32 minutos, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Tomás Henrique Fernandes Antunes, Assistente Técnico da Secção de Administração, Atas e Expediente, que a redigi.

Paços do Município de Caminha, 5 de Janeiro de 2022



Câmara Municipal de Caminha

Ata 01/22 de 05/01/2022

ASSINATURAS:

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Luís Miguel da Silva Mendonça Alves

O ASSISTENTE TÉCNICO

Tomás Henrique Fernandes Antunes